

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 26/2022

Período: 23/07/2022 - 29/07/2022 GEDES - UNESP/UNIFESP

- 1- Bolsonaro ataca STF e destaca papel dos militares em convenção do PL
- 2- Periódicos comentaram protagonismo de militares no governo Bolsonaro em campanha de reeleição de Bolsonaro
- 3- Jurista analisa violência política no país e menciona ditadura
- 4- Economista defende mudança em previdência militar
- 5- Evento reuniu ministros de Defesa em Brasília
- 6- No governo Bolsonaro, ao menos 28 militares foram condenados pelo Tribunal de Contas da União
- 7- Planalto tenta convencer TSE a adotar sugestões dos militares para a segurança das urnas eletrônicas
- 8- Lula diz que militares não apoiam golpismo de Bolsonaro

1- Bolsonaro ataca STF e destaca papel dos militares em convenção do PL

De acordo com os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, atacou o Supremo Tribunal Federal (STF) convocando atos contrários à instituição para o dia Sete de Setembro. As falas ocorreram durante a convenção do Partido Liberal (PL) na qual oficializou sua candidatura à reeleição. No evento também foi oficializada a candidatura à vice-presidência do ex-ministro da Defesa, general da reserva Walter Souza Braga Netto, que foi mencionado no discurso de Bolsonaro: "Esse, Braga Netto, é o nosso exército. É o exército do povo, o exército que está do nosso lado, que não admite corrupção, não admite fraude. Esse é o exército que quer transparência, quer respeito. Quer, não. Merece e vai ter". O presidente afirmou ainda que "Nós, militares, juramos dar a vida pela pátria. Todos vocês aqui juraram dar a vida por sua liberdade", justificando a escolha de um general como seu vice sob o argumento de que precisa de alguém que "não conspire". As falas de Bolsonaro na convenção do PL também foram assunto da coluna opinativa da Folha de S. Paulo assinada por Fábio Zanini, que afirmou que apesar da impressão inicial de que o discurso do presidente seguiria o padrão eleitoral, os ataques ao STF, as insinuações de fraude e as referências ao Exército se fizeram presentes. Zanini indicou que nenhum destes tópicos teve efeito sobre a plateia como a convocação de atos para o dia Sete de Setembro, nos quais a população estaria "dando a vida e o sangue pela defesa da liberdade". O repórter ponderou que o pronunciamento "teve um pouco para todos os componentes do vasto guarda-chuva bolsonarista", mencionando ainda os duros ataques ao ex-presidente Lula, que incluíram associações ao perigo

comunista, à "bandidolatria", à liberação do aborto, à ideologia de gênero e à corrupção. (Correio Braziliense - Política - 25/07/22, Folha de S. Paulo - Política - 25/07/22, Folha de S. Paulo - Política - 25/07/22)

2- <u>Periódicos comentaram protagonismo de militares em campanha de reeleição</u> de Bolsonaro

Segundo matéria do periódico Correio Braziliense, os integrantes das Forças Armadas que integram o governo de Jair Bolsonaro têm ocupado lugar de destague na campanha pela reeleição à presidência. A jornalista Luana Patriolino afirmou que a tendência é de que os militares continuem em posiçõeschaves no governo, caso o atual presidente vença as próximas eleições. A matéria cita um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2021, no qual é demonstrada que a presença de militares em cargos federais mais que dobrou no mandato de Bolsonaro, resultando em cerca de seis mil integrantes das Forças Armadas na administração pública. O cientista político André César afirmou que o alinhamento político-ideológico do presidente com os militares é baseado, principalmente, nas pautas conservadoras, além da própria formação militar do chefe do Executivo. César acredita que esta ligação se estenderá no caso de reeleição: "Setores da sociedade compram esse discurso de que os militares têm a melhor agenda para o país. E ele consegue vender isso. Quando coloca Mourão e, quatro anos depois, Braga Netto como vice, é porque deu certo, e dobrou a aposta. Na minha avaliação, entre os dois, Braga Netto é muito mais radical do que o atual". O cientista político Leandro Gabiati apontou que a participação das Forças Armadas em assuntos que deveriam estar limitados à sociedade civil é uma particularidade da democracia brasileira, citando o regime militar e a maneira como este administrou o próprio regime democrático. Já Marcelo Pimentel, oficial do Exército na reserva e mestre em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, destacou que o protagonismo dos militares no governo tem sido visto como negativo e reflete nas pesquisas de intenção de voto para as eleições: "É péssimo sob qualquer ótica que se possa observar. Isso não é o meu achar. Basta ver o protagonismo muito claro no governo pela quantidade de militares, pela projeção política. A aprovação do governo é baixíssima", diz ele. Pimentel defendeu que o excesso de interferência dos militares no governo tornou o país instável. A matéria também aponta que Bolsonaro tem usado as Forças Armadas para encampar suas teorias conspiratórias sobre o processo eleitoral, destacando a sugestão de que os militares apurem paralelamente os votos, causando mais tensão entre os três Poderes. Por fim, o advogado constitucionalista Guilherme Amorim Campos da Silva avaliou que os militares estão agindo fora dos limites constitucionais: "Os anteriores convites para seus representantes apresentarem sugestões não os legitimam, em hipótese nenhuma, a questionarem abertamente a confiabilidade do processo eleitoral e o sistema das urnas eletrônicas", e acrescentou que "as Forças Armadas constituem uma instituição de Estado, e não de governo, que estão a serviço do presidente da República para politizar o debate". (Correio Braziliense - Política - 25/07/22)

3- Jurista analisa violência política no país e menciona ditadura

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o jurista Almir Pazzianotto Pinto dissertou sobre a violência na vida política brasileira, destacando alguns dos episódios violentos da história do país, dentre eles o período do regime militar (1964-1985, a misteriosa morte do prefeito Celso Daniel, o homicídio que vitimou a vereadora Marielle Franco e a punhalada desferida por Adélio Bispo de Oliveira em Jair Bolsonaro. Sobre a ditadura, Pazzianotto Pinto afirmou que "Anistia significa perpétuo silêncio sobre crimes cometidos pelos anistiados. Logo, dispenso-me da tarefa de examiná-los. Seria péssimo para o Brasil manter sangrando as chagas causadas pela ditadura militar e opositores envolvidos na luta armada". Almir conclui atribuindo a Bolsonaro a obrigação de conclamar apoiadores e adversários a celebrarem um tratado de não agressão durante a campanha eleitoral: "Houve época em que disputas eleitorais desaguavam em sangrentas revoltas armadas. [...] A campanha eleitoral deve se desenvolver de maneira pacífica, como é próprio do Estado de Direito Democrático".(O Estado de S. Paulo - Política - 25/07/22)

4- Economista defende mudança em previdência militar

Em coluna opinativa do periódico *O Estado de S. Paulo*, o doutor em Economia Pedro Fernando Nery dissertou acerca do benefício de aposentadoria de militares que podem receber a maior remuneração da carreira, ignorando a média salarial durante sua vida pré-aposentadoria. Nery definiu como "prosaica" a regra que sobe a patente de militares ao se aposentarem, visto que, de acordo com o Portal da Transparência, existem dezenas de marechais no Brasil atualmente, porém esse é um título que em tese só existe em períodos de guerra. Para o economista, militares não possuem idade mínima para a aposentadoria e não contribuem para adquirir o benefício, arcando somente com a pensão por morte, e ainda há a possibilidade de acumulação de aposentadoria e salário no governo. Com a "integralidade", há a vantagem de se receber "a maior remuneração da carreira, independente da média", argumentando que na hierarquia o que se encontra em uma patente inferior não deve receber mais do que aquele que se encontra superiormente, algo inexistente em outras carreiras hierarquizadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 26/07/22)

5- <u>Jornais destacaram evento em Brasília que reuniu ministros de Defesa das Américas</u>

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa realizou no mês de julho, em Brasília, a XV Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), evento que reuniu representantes de 34 países do continente (XV) para discutir pautas do setor de defesa e segurança. Questões eleitorais e outros temas envolvendo o papel das Forças Armadas na "pacificação da população polarizada" estavam sendo cogitados para serem tratados no evento, bem como o ciberespaço e os fluxos migratórios. De acordo com a *Folha*, durante a abertura do evento, o Ministro da Defesa do Brasil, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, disse respeitar a Carta Democrática Interamericana: "Da parte do Brasil, manifesto respeito à carta da Organização dos Estados Americanos, OEA, e à Carta Democrática Interamericana e seus valores, princípios e mecanismos". Além disso, Nogueira elogiou as reuniões bilaterais

marcadas para a Conferência e afirmou apoiar as diretrizes do evento, como a "cooperação e integração entre os Estados membros" e a defesa da "soberania de cada Estado e ordenamento jurídico de cada país". Em editorial, a Folha destacou a fala do ministro, alegando que apesar de partir de um entusiasta das políticas bolsonaristas, "a reafirmação do compromisso com os princípios da OEA não deixa de ser um reconhecimento de que não há tolerância para aventuras e tumulto na região". Também em editorial, o jornal Correio Braziliense frisou que a fala de Oliveira está longe de afastar os militares do movimento bolsonarista, que está engajado em minar a lisura das eleições de outubro. Segundo reportagens dos periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd J. Austin III, cobrou a defesa da democracia e o controle civil dos militares durante a XV CMDA. Em seu discurso, Austin defendeu a importância de forças militares "prontas, capazes e sob firme controle civil", e prezou pela transparência e não-corrupção dos Ministérios de Defesa. Além disso, o secretário apontou que durante a pandemia de Covid-19 o "Estado de Direito, os direitos humanos e a dignidade humana foram atacados", e que os países das Américas "não estão apenas unidos pela geografia", argumentando que há uma aproximação de "interesses e valores comuns" na forma de um "profundo respeito pelos direitos humanos, o compromisso com o Estado de Direito e a devoção à democracia". De acordo com autoridade de Defesa norte-americana em condição de anonimato, o tom do discurso de Austin buscou reforçar que os militares brasileiros respeitem o sistema democrático. (Correio Braziliense - Política - 26/07/22; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 26/07/22; Folha de S. Paulo - Mundo - 27/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 27/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 27/07/22; Correio Braziliense - Opinião - 28/07/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 29/07/22)

6- <u>No governo Bolsonaro, ao menos 28 militares foram condenados pelo Tribunal</u> de Contas da União

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) condenou 28 militares por má utilização de recursos públicos desde o início de 2019. Essas condenações se originam de oito processos, abertos entre 2014 e 2020, cuja maioria dos réus são oficiais superiores. Dentre os condenados, 19 são do Exército, três da Aeronáutica e seis da Marinha. Entre os anos de 2015 e 2018, 15 militares foram condenados. Ministros da corte avaliam que mesmo que nem todas as condenações tenham ocorrido durante o governo de Jair Bolsonaro, esse aumento é devido ao espaço inédito que vem sendo ocupado por militares na Esplanada dos Ministérios. De acordo com um dos ministros, ao ocupar maior quantidade de cargos, os militares ganham mais influência sobre o orçamento, resultando em maior atenção do TCU à categoria. O Ministério da Defesa não se posicionou sobre o assunto, afirmando que esse tema diz respeito a cada uma das Forças. (Folha de S. Paulo - Política - 27/07/2022)

7- <u>Planalto tenta convencer TSE a adotar sugestões dos militares para a</u> segurança das urnas eletrônicas

Conforme publicado pelo periódico O Estado de S. Paulo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, deflagrou uma operação nos bastidores para tentar convencer o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a adotar propostas das Forças Armadas a respeito da segurança das urnas eletrônicas nas eleições de outubro de 2022. Com o diálogo dificultado entre o Ministério da Defesa e a atual presidência da Corte, ministros da Casa Civil, das Comunicações e da Advocacia-Geral da União (AGU) buscaram contato direto com o Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente com o ministro Alexandre de Moraes, que chefiará a Justiça Eleitoral durante o período eleitoral. Em coluna ao periódico O Estado de S. Paulo, a professora do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) Laura Karpuska comentou que "não precisamos do aval dos militares para seguir com as eleições neste ano", criticando a postura do governo de pressionar o STE a aceitar as sugestões militares. De acordo com a professora, essa atitude "legitima a participação das Forças no processo eleitoral", além de dar suporte "aos devaneios golpistas do presidente e de seu governo". (O Estado de S. Paulo - Política - 28/07/22; O Estado de S. Paulo - Economia&Negócios - 29/07/22)

8- <u>Lula diz que militares não apoiam golpismo de Bolsonaro</u>

Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que as falas golpistas do presidente da República, Jair Bolsonaro, não têm apoio dos militares e que não acredita na possibilidade de uma ruptura democrática no país. Lula disse não ter queixas acerca do comportamento das Forças Armadas durante sua gestão e que não acredita na possibilidade de golpe: "As Forças Armadas não criam caso. Tenho certeza que as bobagens que o Bolsonaro fala não têm apoio do alto comando e dos militares da ativa. Não acredito em golpe, não acredito que as Forças Armadas aceitem isso e que a sociedade brasileira permita. Se ele começar a brincar com a democracia ele vai pagar um preço muito caro". Além disso, o ex-presidente afirmou que, caso seja eleito, designará um civil no comando do Ministério da Defesa, como fez em suas gestões. (Folha de S. Paulo - Política - 28/07/22).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira Ismara Izepe de Souza Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado) Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira Gabriela Lopes Ferreira Leticia Beneves (bolsista CNPq) Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos Davi Campos Matos Débora Cruz Silva Giovani Nunes de Aguiar Grazielly Dourado Santos Marcela Furlan de Cena Rodrigo Freitas de Souza Thalia Cristina Vieira Lima